

JUSTIÇA • Paralisados há 23 dias, os profissionais fizeram ontem ato público diferente, atendendo os transeuntes ao ar livre no Centro de BH

Defensores na Praça Sete

Sandra Barroca

A greve dos defensores públicos já entra na terceira semana e na tarde de ontem eles fizeram um ato público diferente atendendo, na Praça Sete, a população que necessita de orientações nas áreas de Família, Cível, Criminal, Infância e Juventude e Direitos do Consumidor. Mais de 300 pessoas passaram pelo local em busca de informações como o pintor José Maria Rodrigues, 41 anos. Ele pedia à defensora Mirella Faranne Sousa Araújo orientações sobre o pagamento da pensão para um garoto que ele alega não ser seu filho.

“A pensão vence em junho e ela quer que eu continue pagando. Achar esses advogados no meio da rua foi uma surpresa muito boa, porque eu precisava fazer essa consulta”, comemora o pintor. De acordo com Mirella, a área de Família e Criminal foram as mais procuradas pelas pessoas que passaram pela praça e, no caso do pintor, ele realmente precisa de uma assessoria efetiva e não possui condições de pagar. “É por isso que estamos aqui. Queremos mostrar para a população que o intuito da nossa paralisação não é prejudicá-la”, completa a defensora.

São 420 defensores públicos no Estado e que no ano passado atuaram em 800 mil processos, o que demonstra a sobrecarga de trabalho, diz Mirella, lembrando que o último concurso público foi realizado em 1997. “No restante da magistratura, os concursos acontecem de seis em seis meses, no máximo no período de um ano. Belo Horizonte não é uma das comarcas mais prejudicadas, porque é apenas uma, mas no interior são mais de duzentas”, compara o defensor Marcelo Nicolliello, aprovado no último concurso. Ele lembra ainda que o salário de um promotor de Justiça



MAIS DE 300 PESSOAS passaram pelo local em busca de informações, principalmente as relativas às áreas de Família e Criminal Beto Novaes

gira em torno de R\$ 10 mil, enquanto o de um defensor é, aproximadamente, R\$ 2 mil. “Por que para acusar se recebe tanto e para defender tão pouco? Está aí a explicação de que apenas os pobres vão para a cadeia”, conclui Nicolliello.

De acordo com Ana Cláudia da Silva Alexandre, diretora da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep MG), eles ainda não têm uma resposta efetiva do governo, apenas uma sinalização do presidente da Assembleia Legislativa, Mauri Torres, pedindo que as reivindicações sejam encaminhadas novamente. “Possuímos o pior salário da defensoria no País. Além disso, a estrutura está deficitária chegando ao ponto de não termos papéis, luz ou cartucho de impressoras para trabalhar”, conta Ana Cláudia. Com a paralisação, cerca de 150 pessoas deixam de ser atendidas diariamente.

A diretora acrescenta que as Varas Criminal e Família são as mais afetadas com a paralisação da categoria, mas as demais, e de quem delas precisam, sofrem as consequências. Segundo ela, menores infratores estão sendo

liberados sem julgamento, porque não podem ficar mais de 45 dias em reclusão; réus estão presos aguardando julgamento; processos estão paralisados, investigações de paternidade e execuções de alimentos sem poderem ser feitas por falta da defensoria. “Esperamos que essa situação sensibilize o governo para agilizar a negociação e, assim, voltaremos às nossas atividades normais”.

O governo Estado promete enviar projeto de lei à Assembleia no segundo semestre propondo a reestruturação no órgão.